

Empresário cobra ação política

Rio — Falta um projeto. E esta é uma lacuna política, não econômica, na avaliação de empresários e economistas presentes a entrega do prêmio Excelência Empresarial da Fundação Getúlio Vargas. Ninguém discute mais medidas específicas contra a inflação. Ela vai beirar este ano os dois mil por cento, um recorde histórico, ainda que não haja uma disparada nos próximos meses, na avaliação do diretor do Instituto Brasileiro de Economia, Julian Chacel. A preocupação geral é que o Governo jogue fora a chance de fazer da revisão constitucional, prevista para outubro, o primeiro passo para arrumar o País.

Este foi o alerta dado, em sequência, por Chacel, pelo editor da revista **Conjuntura Econômica**, Paulo Rabello de Castro, pelo presidente da Federação das Associações Comerciais, Guilherme Afif Domingos, e pelo presidente da Fiat do Brasil, Silvano Valentini.

Os pontos em questão são, na essência, os mesmos já defendidos publicamente pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso: reforma estrutural do Estado, com transferência de responsabilidades da União para estados e municípios, ampliação da privatização, reforma tributária, revisão do sistema previdenciário. Mas a cobrança geral é de que o Executivo assuma a lide-

rança e exponha ao País um projeto consistente.

“Não podemos chegar a outubro sem delimitar o campo cirúrgico sobre o qual se vai atuar”, disse Afif, afirmando que o empresariado não aceitará uma reforma tributária que não seja precedida pela reforma do Estado: “Seria para aumentar a arrecadação só com aumento de impostos”.

Reformas — Para Afif, o Congresso também tem que agir, no sentido de mostrar sua importância. Ele teme que na eleição geral do ano que vem o enfraquecimento da classe política acabe dando ao presidente eleito poder suficiente para fazer reformas à revelia do Legislativo.

Paulo Rabello de Castro também centra fogo na ausência de projeto — não só do Governo como dos partidos políticos. E preocupa-se em específico com a reforma tributária: “A reforma na qual depositamos nossas esperanças será capenga sem um encontro de contas que dimensione o montante total das dívidas. Uma espécie de ‘passivobras’”.

O editor da conjuntura econômica também voltou a bater na tecla da dívida social, defendendo a utilização dos recursos oriundos da privatização para resgatá-la. E criticou todas as âncoras que tanta especulação causam sobre o futuro da economia.